

Temer entrega pré-sal para cartel das múltis com olho na propina



Governo fala em tesourar abono salarial alegando falta de dinheiro

Dinheiro mesmo só para comprar deputados. O governo pretende suspender o pagamento do abono salarial, caso a criminosa reforma da Previdência não seja aprovada no Congresso. A declaração em tom de chantagem foi dada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmando que para o governo “é uma inevitabilidade que despesas deverão ser cortadas”. **Página 2**

Selic é terceira maior taxa real de juro da Terra

Não é de se admirar que a economia esteja mergulhada no fundo de uma depressão. Descontada a inflação projetada, é a terceira maior taxa de juros real do mundo (3,3%), perdendo apenas para a Turquia e a Rússia. Com a redução da taxa Selic em 0,75 ponto percentual, a taxa nominal foi de 8,25% para 7,5%. **Pág. 2**

Cai faturamento da indústria de equipamentos e máquinas: -4,3%

O faturamento da indústria de máquinas e equipamentos caiu -4,3% em setembro frente a agosto e recuou -5,7% na comparação com setembro de 2016. “Com isto, houve uma piora nos resultados acumulados no ano. Até agosto o setor acumulava queda de 4,3% nas suas vendas, em setembro passou a acumular 4,5% de queda”, diz a Abimaq. Quanto às encomendas, no mês de setembro, após crescimento de 1,7% em agosto, houve queda de 15,6% na carteira de pedidos e acumula queda de -2,0%. Com os resultados do mês, a entidade prevê o quarto ano consecutivo de queda nos investimentos produtivos do país. **Página 2**

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.583 27 a 31 de Outubro de 2017

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Consulta na USP dá à oposição mais de 70% dos votos para reitor



Realizada na segunda-feira, 23, a consulta pública que atingiu mais de 9 mil professores, estudantes e funcionários trouxe em 1º e 2º lugar, com 3.749 e 2.553 votos respectivamente, a professora Maria Armanda do Nascimento, diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente, professor da Escola Politécnica. Ambos fazem oposição à atual gestão. O vice-reitor da USP Vahan Agopyan chegou em 3o. lugar (2353 votos) seguido de Ricardo Terra, professor da FFLCH, que obteve 439 votos. A consulta é oficial, tem força política e moral, mas não decide o resultado final da disputa que será levada a cabo na próxima segunda-feira, 30, no colégio eleitoral composto por cerca de 2 mil integrantes. Os três candidatos mais votados nesta rodada comporão a lista tríplice que será levada ao governador Geraldo Alckmin. Para o professor Ildo Sauer, vencida a etapa da consulta, que deixou explícito o elevado nível de rejeição da atual gestão, “é hora de confrontar os programas e escolher o melhor da oposição para encabeçar a lista”. **Página 4**

Aécio não deixa a presidência do PSDB e intoxica cúpula do partido

Ninguém aguenta mais aquele fedor. Ele comunicou o partido que não renunciará ao cargo, do qual está afastado desde maio quando foi divulgada gravação em que aparece pedindo R\$ 2 milhões de propina ao dono da JBS, Joesley Batista. Há uma semana, o mineiro foi enquadrado por líderes do partido a abdicar do cargo de presidente da legenda. Aécio se tornou uma pedra no sapato tucano. **Página 3**

Ladrões da Câmara servem mais uma dose de impunidade ao chefe de grupo criminoso

Com mais de 200 deputados investigados em inquéritos da Operação Lava Jato e outras operações, Temer conseguiu 251 votos para escapar de processo por formação de quadrilha e obstrução da Justiça. Menos do que na primeira denúncia. 233 deputados votaram pela abertura do processo. Logo pela manhã, Temer foi parar no hospital. Criminoso pego em flagrante só consegue ter uma ideia: fugir da Lei e da Justiça e evitar a cadeia. Na Câmara, os deputados que tiveram a campanha bancada por Cunha – que são a bancada de Temer – não pensam noutra coisa. Essa é a sua identidade com o chefe. Depois do resultado de quarta-feira, a grande preocupação de Temer é aprovar um projeto que conceda “foro privilegiado” aos ex-presidentes. Quer exumar o projeto que PT, PSDB e PMDB aprovaram após a eleição de Lula, derrubado em 2005 pelo STF, por ser uma afronta à Constituição. **Página 3**



Deputados que não aceitaram a operação para abafar a investigação de Temer organizaram um protesto. Na foto, o deputado Major Olímpio



Randolfe Rodrigues e Alvaro Dias Para senadores, decisão dos deputados avaliza a corrupção e a impunidade

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Alvaro Dias (Podemos-PR), em mensagens gravadas no final da votação, consideraram vergonhosa a decisão da Câmara de rejeitar a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Temer na quarta-feira (25).

“Segue impune o Sr Michel Temer e a quadrilha que se alojou no Palácio do Planalto a despeito de todas as mobilizações e da manifestação de milhões de brasileiros pelo fim desse governo”, lamentou o senador Randolfe Rodrigues. “Mais do que nunca Fora Temer e continuamos a luta contra a retirada de direitos e contra esse governo corrupto”, encerrou sua mensagem após a votação da Câmara o senador do Amapá.

Para o senador Alvaro Dias, infelizmente a “a Câmara dos Deputados avalizou a corrupção”. O senador enfatizou que a segunda denúncia contra Temer possuía consistência jurídica, “com uma seleção de provas materiais e documentais”.

“Mas isso tudo não foi suficiente para a Câmara dos Deputados atender o apelo da população brasileira”, disse. “E esta salvação do mandato do presidente Temer custou muito caro ao Brasil”, advertiu. O senador denunciou a farra corrupta de compra de votos que Temer promoveu para se livrar da denúncia. “O balcão de negócios funcionou de maneira eficaz”, frisou. “Lamento. É uma vergonha”. “E preciso dar um basta nisso. Só a eleição pode significar esse basta. Que o povo brasileiro, no ano que vem, mude para valer”, concluiu o senador do Podemos.

O milionésimo capítulo dos recibos falsos de Lula

A defesa de Lula entregou ao juiz Sérgio Moro, na última terça-feira (24), o que seriam os recibos originais dos aluguéis do apartamento vizinho ao de Lula em São Bernardo do Campo. Os recibos, segundo o empresário Glaucos da Costamarques, dono do imóvel, teriam sido assinados todos (de 2015) no mesmo dia, quando ele esteve internado em 2015. Glaucos disse ainda, em seu depoimento, feito em setembro deste ano, que não recebeu nada entre 2011 e novembro de 2015.

Apesar da polêmica sobre a autenticidade ou não dos recibos, o que está em jogo é se Costamarques recebeu ou não os aluguéis. Ele diz que não. A defesa de Lula diz que pagou os aluguéis em dinheiro vivo, no valor total de R\$ 189 mil de uma só vez. Esta declaração contrasta com a apresentação agora, não de um, mas de vários recibos. Glaucos insiste que só passou a receber alguma coisa pelo apartamento depois da prisão de seu primo, o pecuarista José Carlos Bumlai, em 2015. Em 2016 ele havia dito que teria recebido os aluguéis em dinheiro vivo. Perguntado em juízo porque das duas versões, Glaucos respondeu que na época do primeiro depoimento teve medo das repercussões do episódio e de que poderia ter prejuízo.

O imbróglio todo está no fato de Glaucos ter participado, a pedido de Roberto Teixeira, advogado de Lula, e de José Carlos Bumlai, também amigo do ex-presidente, da transação de compra e venda de um terreno que serviria como futura sede

STJ rejeita recurso de Lula contra o juiz Moro

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, por unanimidade, recurso impetrado pela defesa de Lula, pedindo a suspensão do juiz federal Sérgio Moro – que em julho condenou o petista a nove anos e seis meses de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do tri-

plex do Guarujá.

O pedido de suspensão contra o magistrado, que comanda os processos da Operação Lava Jato na primeira instância, tinha sido negado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), segunda instância da Justiça Federal. O STJ é a terceira instância.

251 deputados comprados mantêm Temer roubando



Deputados da oposição denunciaram Michel Temer durante a votação ‘Crimes de Temer são irrefutáveis’, afirma o deputado Major Olimpio

O deputado Major Olimpio (SD/SP) destacou que está “claro e manifesto” na denúncia da Procuradoria-Geral de República “que os crimes são irrefutáveis”. “São 244 páginas de uma investigação da Polícia Federal com laudos, delações, testemunhos, perícias, vídeos, áudios, malas de dinheiro, orquestração criminosa

mostrada, líder Michel Temer da quadrilha e também obstrução das investigações”, enfatizou.

Ele criticou a aprovação do relatório de livra Temer da investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), fazendo uma analogia da postura dos parlamentares que votaram “sim” com a organização criminosa conhecida como PCC

(Primeiro Comando da Capital). “E nasceu o PCC, o Primeiro Comando do Planalto, que é a maior organização e a que mais prejudica a população hoje”, disse.

Segundo o deputado Capitão Augusto (PR/SP), para ser fiel aos princípios de honestidade, de moralidade e de ética daria um “voto não à corrupção, não ao relatório”.

Delgado: argumento dos temeristas de recuperação econômica é falacioso

“Nós não podemos deixar de investigar quem deve como qualquer cidadão”, afirmou o deputado Júlio Delgado (MG), líder da bancada do PSB, assinalando que os indícios contra Temer “são fortes”. “Os fatos nunca foram negados. Agora eles vêm pedir que o presidente seja blindado e não seja investigado, pelo bem do Brasil?”, questionou.

Júlio Delgado alertou para “a falsa ilusão” que o governo está tentando vender em relação à suposta recuperação da economia do país. “Esse argumento de que estamos vivendo um momento próspero é falacioso, é



Dep. Júlio Delgado

Para Molon, decisão foi um “teatro do absurdo”. Faria de Sá adverte: “praga de aposentado pega”

O deputado Alessandro Molon (Rede/RJ) afirmou que os deputados pró-Temer protagonizaram um “teatro do absurdo”, desprezando as provas apresentadas pela denúncia do Ministério Público para garantir impunidade a Michel Temer “mesmo sendo ele chefe de uma organização criminosa”.

“O Ministério Público denuncia a organização criminosa, com provas que não são apenas delações, mas são filmagens de entregas de malas de dinheiro, são áudios com a voz do presidente da República praticando os crimes, são testemunhos, são mensagens telefônicas, são todo tipo de prova que se pode pensar”, afirmou.

Ao votar contra o

momentâneo, é bolha”, ressaltou, lembrando que o patrimônio nacional está sendo liquidado e entregue a especuladores. “Quando voltarmos a passar dificuldades, vai

ser terra arrasada: Eletrobras, Casa da Moeda e tantos outros fatores”, lembrou.

Para o deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), os parlamentares que votaram contra a continuidade do processo “vão ter que prestar contas aos eleitores”. “Aqueles que querem desmontar o Estado brasileiro, que já retiraram direitos dos trabalhadores jogando a CLT na lata do lixo e que aprovam – que vergonha! – este governo fortalecendo o trabalho escravo vão deixar os seus nomes manchados na história. Aqueles que blindarem Michel Temer vão manchar as suas histórias”,



Alessandro Molon

(Podemos/RJ).

O deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA) criticou a compra de votos pelo governo, denunciando que a liberação de recursos chegou a R\$ 12 bilhões entre nomeações, convênios, liberação de cargos, entre outras negociações promíscuas. “Todos sabem que existiu uma organização. A obstrução da Justiça é também uma evidência clara. Aliás, tudo que está acontecendo no Brasil é muito grave”, frisou.



Arnaldo Faria de Sá

PSDB quer Aécio longe. Mas ele não desapega

O senador Aécio Neves (MG), presidente licenciado do PSDB, comunicou o partido que não renunciará ao cargo, do qual está afastado desde maio quando foi divulgada gravação em que aparece pedindo R\$ 2 milhões de propina ao dono da JBS, Joesley Batista.

Com a recusa em renunciar, Aécio se isola ainda mais no partido, que tem feito pressão para que ele abandone o posto. Ele pretende seguir licenciado até dezembro, quando a convenção nacional do PSDB escolherá um novo presidente.

“Aécio acha que é um ponto importante para ele ficar na presidência até a convenção de dezembro. Ele alega que a renúncia definitiva seria quase uma confissão de



Aécio bateu o pé e disse que não renuncia

Única preocupação de Temer e sua quadrilha, o tempo todo, é como fugir da cadeia e Justiça

A principal preocupação de Temer, depois de escapular, na Câmara, da investigação e processo por formação de quadrilha e obstrução da Justiça, é exumar o projeto que o PT apoiou em 2002, concedendo “foro privilegiado” a ex-presidentes. Com isso, Temer e Lula escapariam da cadeia, pois “foro privilegiado” neste país equivale, quase sempre, à impunidade absoluta.

A preocupação do criminoso, quando pego em flagrante, é escapar da cadeia. O sujeito só pensa nisso – e em nada mais. A maioria dos criminosos, no entanto, não têm “foro privilegiado”, nem se aboletam no Planalto, na Câmara ou no Senado. Nem roubam tanto quanto os do foro privilegiado.

Com mais de 200 deputados sob investigação, Temer conseguiu 251 votos para impedir que ele próprio fosse investigado, apesar das provas contra ele serem públicas.

Toda essa corja, que votou a favor de Temer, morre de medo de ir para a cadeia.

Tanto assim que ignoram, até agora, o projeto, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que acaba com o foro privilegiado para deputados e senadores, projeto que já foi aprovado pelo Senado no final de maio, e desde aí encontra-se empacado na Câmara.

TROPA

Mas, quem são esses elementos que ajudam um dos criminosos mais documentados da história do país – gravações, malas de dinheiro e o escambau – a permanecer na Presidência da República?

Quem são esses cínicos – ou imbecis – que falam em “recuperação econômica”, enquanto o país é dilacerado pela política do governo, para apoiar um ladrão aboletado no Planalto?

São, basicamente, a tropa de Cunha, aqueles deputados que tiveram suas campanhas bancadas pelo hoje detento Eduardo Cunha, com dinheiro público roubado sob a cobertura do PT.

Que existam alguns dos que votaram a favor de Temer que não são isso, apenas confirma que, **basicamente**, é essa a bancada de Temer: aquela que teve seus mandatos comprados por Cunha.

Cada vez mais, aliás, à medida que se aprofundam as investigações, a quadrilha de Temer e a quadrilha de Cunha parecem a mesma. E, para todos os efeitos práticos, deve ser a a mesma.

Essa malta, repetimos, assim como Temer, não tem outra preocupação, senão evitar a cadeia. Para isso, destruir o país parece a eles um preço insignificante. Toda a sua atividade está na tentativa de manter o “foro privilegiado” e acabar com a Operação Lava Jato para escapar da Lei e da Justiça.

Na última edição, noticiamos o que Temer fez para escafeder-se, subornando deputados: liberou quase um bilhão em dinheiro público, lançou uma portaria restabelecendo a escravidão, isentou em 60% as multas ambientais, etc., etc. & etc.

Porém, não basta existir um corrupto que suborna. Há que existir corruptos que aceitam o suborno, para que o circuito da corrupção se complete.

A questão, quanto a essa segunda classe de corruptos – os deputados subornados por Temer – é que seu próprio mandato é um fruto podre da corrupção.

O que possibilitou a ação de Cunha, passando dinheiro de propina para centenas de deputados, para formar a sua bancada ou a bancada de Temer, foi a sofreguidão de Lula, Dilma e do PT na campanha pela reeleição.

Essa campanha ficará na história (com “h” minúsculo) como a mais sem limite que já houve no país. Anteriormente,

abordamos a mentira sem limites, a difamação dos adversários, o estelionato eleitoral – tão escandaloso que a reação do povo levou às condições para o impeachment.

Além disso, há também o mercado do meretrício eleitoral: Lula, Dilma e o PT fizeram qualquer aliança, em moeda corrente – em “dinheiro vivo” – com o único critério de reeleger a desastrosa e desastrosa presidenta. Essa é a razão pela qual a maioria do Ministério de Temer é composto por dilmistas de 2014. Alguns – o ilustrado Kassab, por exemplo – nem saíram do Ministério.

Com a campanha de Dilma tornada um guarda-chuva eleitoral do que havia de mais corrupto no país, que Câmara e que Senado era possível esperar, senão esse duplo esgoto atual, do qual se salvam alguns cavaleiros sem medo e sem mácula?

Porém, a campanha do PT se prestou a esse papel de guarda-chuva da corrupção, apenas porque sua cúpula fora já corrompida – ou seja, se tornara também corrupta.

Relembremos alguma coisa, pois já se vão 15 anos. Foi, talvez, o marco inicial da pouca vergonha – ou da nenhuma vergonha – na história mais recente do país.

Após a eleição de Lula, o PT e o PSDB fizeram um acordo para aprovar um projeto que concedia “foro privilegiado” aos ex-presidentes da República.

Foi no final de 2002. O autor do projeto foi o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), o mesmo que, na quarta-feira, teve o seu parecer, absolvendo Temer das acusações que todos sabem que são verdadeiras, aprovado por outros 250 ladrões.

O único beneficiado com o projeto chamava-se Fernando Henrique Cardoso, contra o qual havia uma enxurrada de ações judiciais, que, com sua saída da Presidência – e perda, com isso, do “foro privilegiado” – iriam para a primeira instância da Justiça.

O projeto era, portanto, uma imoralidade. Aliás, ele desrespeitava inteiramente os três critérios do serviço público (o presidente da República é, ou deve ser, um servidor público): a legalidade (pois afrontava a Constituição), a moralidade e a impessoalidade (pois se destinava a beneficiar uma pessoa).

Mesmo assim, com o acordo entre PT, PSDB e PMDB, o projeto foi aprovado com tramitação relâmpago, uma verdadeira blitz-tramitação. E Fernando Henrique, mantendo o “foro privilegiado”, escapou de pagar por seus malfeitos na Presidência.

COVA

Hoje, 15 anos depois, com os processos – e condenação – de Lula, é possível dizer que não era somente Fernando Henrique quem seria beneficiado com essa lei da impunidade para ex-presidentes.

Mas não é possível antecipar o tempo, e julgar Lula pelo que ele, em 2002, ainda não fizera, ainda que seu apoio ao projeto Bonifácio de Andrada pudesse ser uma precaução contra complicações policiais-judiciárias após seu mandato.

Mas não temos como afirmá-lo com segurança.

O mais provável é que se tratasse de uma tentativa de “apaziguamento” do PSDB – em troca da impunidade de Fernando Henrique, Lula esperava a neutralização, talvez algum apoio dos tucanos, tal como pregava, nessa época, um petista próximo a ele, Luiz Gushiken.

Em 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que a extensão do “foro privilegiado” a ex-governantes (a lei incluía, além de ex-presidentes, ex-governadores e ex-prefeitos) era inconstitucional.

E essa indecência que Temer quer agora tirar da cova.

Para escapar da cadeia, em companhia de Lula.

CARLOS LOPES

Treze aeroportos são incluídos no plano de privatização de Temer

Mesmo se mostrando fracassadas, governo continua com a tentativa de entrega da infraestrutura brasileira

O governo federal publicou, na última quarta-feira (25), o Decreto 9.180/2017 que autoriza a privatização de 13 aeroportos no Programa Nacional de Desestatização. “Os aeroportos poderão ser concedidos individualmente ou em blocos, conforme decisão que será subsidiada pelos estudos de modelagem da desestatização”, diz o decreto de Michel Temer (PMDB).

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ficará responsável pela realização e acompanhamento das medidas de desestatização, sob a supervisão do Ministério dos Transportes, que será responsável pela condução e aprovação dos estudos das medidas de concessão. Estão inclusos no pacote os aeroportos: Eurico de Aguiar Salles, em (ES); Guararapes, em Recife (PE); Marechal Rondon, em Várzea Grande (MT); Aeroporto de Macaé, em Macaé (RJ); Orlando Bezerra de Menezes, Juazeiro do Norte (CE); Presidente Castro Pinto, em Bayeux (PB); Presidente João Suassuna, em Campina Grande (PB); Santa Maria, em Aracaju (SE); Zumbi dos Palmares, em Maceió (AL); Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis (MT); Presidente João Batista Figueiredo, em Sinop (MT); Piloto Oswaldo Marques Dias, em Alta Floresta (MT); Aeroporto de Barra do Garças, em Barra do Garças (MT).

Além de inscrever no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) os aeroportos que serão leiloados, o decreto interrompe as licitações de áreas comerciais em aeroportos administrados pela Infraero.

FRACASSO

No mês passado passou no Senado a Medida Provisória 779/17, do governo, que abriu o prazo de um ano para que as operadoras de aeroportos, que tenham contratos assinados até 31 de dezembro de 2016, peçam a reprogramação do cronograma de pagamento das outorgas previstas no contrato

Ajufe repudia ameaça de Cabral a Marcelo Bretas

A Associação dos Juízes Federais do Brasil repudiou a ameaça proferida pelo detento e ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), ao juiz federal Marcelo Bretas. Cabral, em depoimento a Bretas, citou a família do juiz “que vende bijuterias” o que, na avaliação do Ministério Público, foi uma ameaça criminosas.

Após o depoimento, o juiz Bretas ordenou a transferência de Cabral para um presídio federal, já que, na detenção estadual, ele teve acesso a informações que não deveria ter.

Bretas disse que a declaração poderia até ser subentendida como ameaça. “É no mínimo suspeito e inusitado o acusado, que não só responde a este processo como a outros, venha aqui trazer em juízo informações sobre a rotina da família do magistrado. Além de causar espécie, como bem observou o Ministério Público Federal, de que apesar de toda a rigidez ele tenha se privilegiado de informações que talvez ele não devesse”, disse o juiz da Lava Jato, no Rio

A Ajufe ressaltou que ‘os próprios advogados do acusado (Sérgio Cabral) reconheceram ter sido descabida a menção à família do juiz’.

“A Ajufe ressaltou mais uma vez que os juízes federais têm aplicado a lei e julgado imparcialmente os casos sob sua apreciação, inclusive aqueles envolvendo a Operação Lava Jato”, afirmou a entidade, em nota do presidente, Roberto Carvalho Veloso.

de concessão.

Dos seis aeroportos leiloados por Dilma, Brasília(DF), Confins(MG) e São Gonçalo do Amarante (RN) estão com atrasos nas outorgas, e Viracopos (SP) teve a concessão devolvida. Em abril, a Anac autorizou a BH Airport, concessionária que administra o aeroporto de Confins, a dar um calote de R\$ 3,2 milhões no governo.

Mas o governo continua privatizando como se repassar os aeroportos para a iniciativa privada fosse comprovadamente um ótimo negócio, e em julho entregou os aeroportos de Fortaleza(CE), Salvador(BA), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). Ou seja, o governo privatiza para depois pagar a conta.

CONGONHAS

Em julho, o governo havia anunciado 57 projetos de concessões e privatizações de empresas públicas, entres eles 14 aeroportos, incluindo o de Congonhas, que ficou fora da lista oficial publicada.

A suspensão, pelo menos temporária, da entrega do aeroporto à iniciativa privada atende à pressões do PR, que chefia o Ministério dos Transportes e a Infraero e tem 38 deputados. O decreto da privatização dos aeroportos foi publicado no mesmo dia da votação, pela Câmara, da segunda denúncia contra Temer.

O Ministério dos Transportes alega que a concessão complicaria a situação financeira da Infraero, que após a concessão de seus aeroportos mais rentáveis, iniciada no primeiro governo Dilma, se tornou uma estatal deficitária.

Com as concessões, a estatal não só perdeu suas principais fontes de receitas que eram Guarulhos, Brasília, Viracopos, Confins, Galeão, Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre, como também passou a responder por metade dos investimentos realizados pelos cinco primeiros aeroportos, pois tem 49% das ações, ou seja, desembolsou bilhões para perder o controle dos aeroportos.

DESEMBARGADOR MANTÉM DECISÃO DE TRANSFERÊNCIA

Ao manter a decisão do juiz federal Marcelo Bretas, de mandar o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) para um presídio federal, o desembargador Abel Gomes, do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2), advertiu para a ‘livre atuação no cárcere’ do peemedebista. A decisão de Abel Gomes foi tomada na noite de terça-feira, 24, ao rejeitar o pedido de habeas corpus da defesa do peemedebista.

“O que se verifica é que o paciente, acusado e preso preventivamente por integrar e comandar organização criminosa atuante em ‘criminalidade de gabinete’, em grande parte se valendo do poder político enquanto governador deste Estado, não só vem no decorrer do tempo protagonizando episódios que indiciam com suficiência a sua livre atuação mesmo dentro do cárcere na obtenção de informação sobre as autoridades que o processam e sabe-se mais o que, como ainda parece de fato se sentir em condições de constranger o juiz na audiência”, afirmou o desembargador.

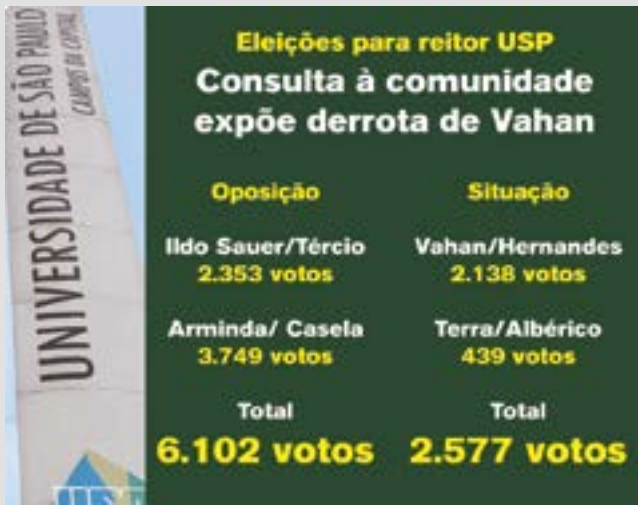


Dentre os aeroportos do plano está o de Recife construído há apenas 5 anos

Eleição na USP: Vahan censurou jornal para esconder sua derrota

Com o passar dos dias vai ficando cada vez mais evidente que a comunidade de estudantes, servidores e docentes da USP disse um rotundo não à atual gestão da universidade na consulta realizada no último dia 23 de outubro. Foram 6.102 votos na oposição, formada pela chapa Ildo Sauer/ Tércio Ambrizzi e a chapa Arminda/Casella, contra apenas 2.577 votos da chapa situacionista, composta por Vahan e Hernandes e a sua sublegenda, de Ricardo Terra.

Entre os estudantes, Vahan teve menos da metade dos votos obtidos pela oposição (1.402 contra 659). Os servidores votaram em massa contra Vahan. Foram 2.791 votos da oposição contra somente 708 votos dados ao continuísmo das chapas 1 e 4. E entre os docentes, Vahan também perdeu. Foram 1.402 votos nas chapas



Diferença de votos entre situação e oposição foi de 3.525

de Ildo e Arminda e apenas 1.210 votos em Vahan & companhia.

O Jornal da USP, já no primeiro dia, havia registrado este resultado altamente desfavorável para o continuísmo, mas, numa atitude de destempero, a atual gestão fez uma intervenção na edição e censurou a matéria. Mandou retirar do ar o artigo

escrito pelo repórter que cobriu a eleição. Além de censurar o jornal da USP, a reitoria manipulou o resultado oficial com uma mensagem tendenciosa afirmando que Vahan tinha a preferência dos docentes. Ildo e Arminda já registraram o seu protesto a mais esse desmando da atual gestão.

SÉRGIO CRUZ

Idec lança campanha contra nova lei dos planos: “Não mexam na minha Saúde”

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) lançou nesta segunda-feira (23), a campanha “Não Mexam na Minha Saúde”, com a intenção de denunciar os riscos à população que integram as mudanças nas regras dos Planos de Saúde que estão em discussão na Câmara dos Deputados.

Segundo o Idec, a ação tem como objetivo alertar a sociedade sobre as propostas apresentadas pelo relator do projeto, deputado Rogério Marinho (PSDB), que afetam diretamente o reajuste de preços dos planos de saúde para a população acima dos 60 anos, a flexibilização das bulas aplicadas às ope-

radoras e a segmentação como princípio norteador do mercado, em detrimento de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A advogada e pesquisadora em Saúde do Idec, Ana Carolina Navarrete afirma ser fundamental que a população entenda quais mudanças estão sendo discutidas e que saiba que pode pressionar para que retrocessos graves não sejam aprovados. “E nosso direito ter informação e acompanhar a atuação dos parlamentares”, afirmou a especialista.

Na avaliação dos órgãos de defesa do consumidor, grande parte dos projetos do relatório só retiram direitos dos usuários de planos de saúde,

causando grande polêmica antes mesmo de ser lido. Desde junho deste ano, o Idec acompanha as discussões na comissão da Câmara que reuniu 149 Projetos de Lei em trâmite sobre o tema. Ao lado de outras nove organizações, o Idec enviou carta pedindo acesso ao conteúdo do relatório e o adiamento da votação, que tramita em regime de urgência. Já no início deste mês, o instituto foi umas das 22 entidades que lançou um manifesto denunciando os possíveis retrocessos da proposta.

O presidente da comissão, deputado Iran Gonçalves (PP), marcou a votação para o dia 8 de novembro.

PPL do Paraná debate situação política e discute candidaturas para próximas eleições

O Partido Pátria Livre do Paraná promoveu, no último sábado (21), o Encontro Estadual para discutir a conjuntura nacional, estadual e as eleições gerais de 2018. O evento foi realizado na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu e contou com a participação de lideranças estaduais, nacionais e além de representantes do PPL de todo o estado.

O presidente estadual do partido, deputado Marcio Pacheco, destacou que “o PPL é um partido novo [fundado em 2009] e queremos mostrar que somos uma sigla partidária diferente de tudo que está aí, onde os principais partidos políticos estão envolvidos em casos de corrupção. O Brasil está mergulhado em sua pior crise política e econômica da história e precisamos lutar com todas as nossas forças para mudar esse cenário desastroso”.

No encontro, Bibiana Orsi, policial federal há 10 anos, foi aclamada como pré-candidata a Deputada Federal. “Com o cenário político desolador que temos visto e a rejeição aos atuais integrantes do Congresso, Bibiana Orsi, traz em seu perfil a tão sonhada renovação com qualidade,



Encontro lotou o plenário da Câmara de Foz do Iguaçu



À esquerda, a policial federal Bibiana Orsi. À direita, o deputado estadual, Márcio Pacheco

com a força da mulher e do novo na Política”, destacou Pacheco.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), Luís Antônio Boudens, manifestou apoio aos pré-candidatos. “Bibiana Orsi e Marcio Pacheco tem total respaldo de todos os policiais federais brasileiros

para que se empenhem junto ao PPL nessa empreitada em 2018. São dois fortes candidatos para nos representar, para levar a dignidade para a política, para levar a certeza para o brasileiro que a PF pode estender esse trabalho que já vem fazendo contra a corrupção também agora na política”, declarou.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Ladrão I

A corja de canalhas que livrou Temer da investigação nesta quarta-feira cobrou um preço alto. Preço este que o governo não hesitou em pagar, já que, as chances do vampiro ir parar na cadeia são realmente grandes. R\$ 32 bilhões roubados do povo brasileiro para atender a interesses escusos desses bandidos, Refis, anistia de multas ambientais, negociação de cargos e a liberação do trabalho escravo no país... Tudo em prol de um velho bandido que já mijava nas calças.

Joaquim de Almeida – São Paulo, SP

Ladrão II

Esta aí a prova de que o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, não passa de um criminoso de quinta. Para quem viu o vídeo da audiência ficou claro que, ao ser encurralado pelas denúncias realizadas pelo juiz Bretas, se fez de vítima, repetiu argumentos falidos e demonstrou obter informações particulares do juiz mesmo estando preso, soando até como uma ameaça. O juiz Bretas fez um ótimo trabalho mandando este ordinário para um presídio Federal e que os próximos ladrões do povo tenham o mesmo destino.

César dos Santos de Oliveira – por correio eletrônico

54% dos estudantes do ensino fundamental não conseguem ler ou realizar operações matemáticas

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou dados nesta segunda-feira (25), apontando que a alfabetização estagnou entre 2014 e 2016.

De acordo com as pesquisas, mais da metade dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental não apresentaram um nível suficiente de leitura e em matemática para a idade, demonstrando dificuldades em interpretação de textos e realização de contas.

De acordo com a Avaliação Nacional de Alfabetização, 54,73% dos alunos tinham nível de leitura insuficiente em 2016 e 45,27% tinham nível suficiente. Em 2014, o percentual de estudantes avaliados com nível insuficiente era um pouco maior: 56,17%.

Ainda segundo a avaliação, as regiões Norte e Nordeste mostraram os piores resultados de leitura, com 70,21% e 69,15% dos estudantes apresentando nível de insuficiência. Tais percentuais caem para 51,22% no Centro-Oeste; 44,92% no Sul; e 43,69% no Sudeste.

A pesquisa foi feita entre os dias 14 e 25 de novembro do ano passado em escolas públicas com pelo menos 10 estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental em 2016. Foram mais de 2 milhões de estudantes de aproximadamente 105 mil turmas em 48 mil escolas. Quase 90% dos estudantes avaliados tinham 8 anos ou mais.

Minas Gerais lança frente parlamentar em defesa de Furnas

Após o requerimento feito pela Associação dos Empregados de Furnas (ASEF) e apresentado pelo deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), um grupo de deputados federais marcou para a próxima terça-feira (31), na Câmara, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa de Furnas (FPMDF), que terá como principal objetivo evitar a privatização da subsidiária da Eletrobrás. O texto contém assinatura de 244 parlamentares e de outros 16 ex-deputados.

A Frente será encabeçada por parlamentares de Minas Gerais. “A envergadura de Furnas nos exige encampar qualquer batalha para que essa empresa importantíssima para o Brasil continue pertencendo ao Brasil”, disse Quintão, em nota. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) afirmou que “defender Furnas é defender o interesse do Brasil e especialmente de Minas, berço desta importante empresa estratégica para nosso país”.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o diretor da ASEF e trabalhador de Furnas, Victor Costa, critica a privatização da estatal. Ele inicia o vídeo dando o exemplo da estatal EDP de Portugal, que é equivalente ao sistema Eletrobrás aqui no Brasil. Segundo ele, após cinco anos da privatização da EDP, ocorreu um aumento de tarifa de mais de 40% na conta de luz. A companhia foi comprada por uma empresa chinesa. “É isso que querem fazer agora no Brasil”, declarou o diretor.

Ainda segundo o diretor, “Com o anúncio da venda da Eletrobrás o mercado vibrou, isso porque haverá uma transferência de recursos, as usinas e linhas de transmissão de energia serão vendidas por um preço módico, com dívidas ainda a receber do governo federal. O preço da remuneração do kilowatt vai disparar, o lucro dos investidores vai fazer a alegria de poucas pessoas, e quem vai pagar a conta? E você, consumidor.”.



Após greve, categoria garantiu acordo Metalúrgicos da Mitsubishi impedem retirada de direitos

Os dois mil metalúrgicos da Mitsubishi em Catalão encerraram a greve da categoria na terça-feira (24), no estado de Goiás, após os trabalhadores aprovarem em assembleia o acordo negociado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (Simecat) com a montadora japonesa.

A greve teve início no dia 16 de outubro devido ao impasse na negociação do ‘pacotão’, que inclui valores de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), abono e reajuste salarial. Segundo o presidente da entidade, Carlos Albino de Rezende Júnior, a principal vitória foi impedir que a multinacional impusesse à Convenção Coletiva a reforma trabalhista de Temer. “Conseguimos barrar a reforma trabalhista. Toda negociação terá necessariamente a presença sindical”, disse Rezende Júnior.

Além da renovação e garantia dos direitos na Convenção Coletiva, os metalúrgicos terão reajuste salarial de 2% a partir de janeiro, participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 5.500,00, abono salarial de R\$ 2.500,00 (pagamento de R\$ 6 mil em outubro e R\$ 2 mil em dezembro), vale-alimentação de R\$ 385,00, entre outros benefícios.

Com reforma, podemos demitir sem precisar pagar qualquer incentivo, diz diretor da Petrobrás

O diretor de Assuntos Corporativos da Petrobrás, Hugo Repsold, afirmou terça-feira (24) que a vigência da reforma trabalhista, a partir do dia 11 desse mês, demissões em massa podem ocorrer na empresa.

Repsold informou que, com a reforma, não será mais necessários planos de “demissão voluntária”, desobrigando a estatal de pagar qualquer incentivo aos trabalhadores:

“A reforma abre a possibilidade de negociação direta”, afirmou Repsold. Assim, a empresa poderá cortar quadros sem lançar mão de pacotes de benefícios para atrair interessados.

O diretor também informou que não haverá mais grandes concursos para contratar empregados, mas apenas contratação de pequenos grupos quando houver necessidade de preencher vagas.

24º Congresso da entidade reuniu mais de 700 aposentados em Pernambuco

Cobap aprova ato nacional para barrar ‘reforma’ da Previdência



Aposentados também condenaram a “reforma” trabalhista de Temer



Plenária do Congresso, que reelegeu Warley Martins para presidente



Protesto dos auditores fiscais em Brasília: “Escravidão nunca mais!”

Auditores fiscais fazem greve contra fim do combate ao trabalho escravo

Os auditores fiscais do Trabalho fizeram greve e manifestações na quarta-feira, 25, em todo o país, pela imediata revogação de portaria que elimina, na prática, a fiscalização de combate do trabalho escravo.

Os coordenadores dos grupos de fiscalização do trabalho escravo já haviam suspenso suas atividades desde a publicação da norma, no dia 16, editada pelo governo com o objetivo de garantir votos da bancada ruralista para barrar a segunda denúncia da Procuradoria Geral República na Câmara de Deputados, contra o presidente Michel Temer, e os ministros, Eliseu Padilha e Moreira Franco. A portaria freia totalmente a fiscalização de combate do trabalho escravo, que já

sofre com corte de verbas por parte do governo.

Durante ato na sede do Ministério do Trabalho (MTE), em Brasília, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, comemorou a suspensão da norma pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e fez críticas ao Ministro do (MTE), Ronaldo Nogueira, que se exonerou de suas função no órgão para assumir seu mandato de deputado, e votar pelo engavetamento das denúncias contra Temer. “Nós não nos amedrontaremos com ameaças de instauração de processos administrativos vindas do próprio Ministro do Trabalho, em razão da paralisação nesta quarta-feira. Estamos aqui defendendo a Constituição Cidadã que o

governo tentou golpear com a publicação de uma portaria que flagrantemente faz parte de negociação espúria”, denunciou Carlos Silva.

Em São Paulo e em outros estados, os auditores fiscais e sindicatos aproveitaram a mobilização para conscientizar a população das condições precárias que a categoria vivencia no dia a dia de trabalho. “Nós temos diminuição expressiva de verbas por parte do governo. Não tem dinheiro para colocar gasolina em carro. Muitas vezes usamos nossos veículos particulares. Não tem dinheiro para diárias em viagens dentro do estado. Isso vai minando nosso trabalho de combate ao trabalho escravo”, denunciou a delegada do Sinait-SP, Alice Grant Marzano.

Na contramão do STF e da sociedade, ministro diz que portaria do trabalho escravo não será revogada

Na contramão do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Juízes e Advogados Trabalhistas, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse nesta quarta-feira, 16, que a portaria do trabalho escravo não será revogada.

O ministro declarou ao jornal O Globo, que “a portaria não será revogada, não há motivos para isso. A portaria teve um lado bom, porque trouxe o conjunto da sociedade para a discussão. O combate ao trabalho escravo não pode ser o monopólio de uma categoria ou de um partido político. Tem que ser do conjunto da sociedade”, disse Ronaldo Nogueira, defendendo a medida que acaba com a fiscalização e as ações e combate ao

trabalho escravo e ainda blinda os empresários escravagistas ao ocultar seus nomes na lista suja do trabalho escravo - lista criada para divulgar os nomes das empresas e empresários que submeteram trabalhadores a essa situação. A portaria foi condenada por toda a sociedade, inclusive sendo suspensa pelo STF.

Ronaldo Nogueira, em sua portaria defende que casos de trabalho escravo só podem ser estabelecidos quando o empregador cercear o direito de ir e vir do trabalhador, serviço em troca de dívida, prisão de documentos. “Quando o trabalhador não está impedido de ir e vir, de expressar sua vontade, e não está submetido a uma servidão por ameaça de violência, isso não é trabalho escravo. Talvez o

estabelecimento não ofereça a ele o ambiente de trabalho adequado, mas ele vem e sai a hora que quer...”, declarou o ministro.

Segundo a decisão da ministra do STF, Rosa Weber, que acolheu o pedido do partido Rede Sustentabilidade, que pedia a anulação dos efeitos do texto, a portaria anula “de forma indevida, do conjunto das condutas equiparadas a trabalho realizado em condição análoga à de escravo, as figuras jurídicas da submissão a trabalho forçado, da submissão à jornada exaustiva e da sujeição à condição degradante de trabalho, atenuando fortemente o alcance das políticas de repressão, de prevenção e de reparação às vítimas do trabalho em condições análogas à de escravo”, disse Rosa Weber no texto.

HP ESPORTES VALDO ALBUQUERQUE



Luan e Edilson marcaram para o Grêmio

Grêmio vence Barcelona e fica perto da final da Libertadores

Com gols de Luan (2) e Edílson, o Grêmio passou fácil pelo Barcelona por 3 a 0, em Guayaquil, e colocou um pé na final da Libertadores. Com destaque para Luan e Marcelo Grohe, o Tricolor gaúcho pode até perder por dois gols de diferença que ainda assim irá à final da competição.

Ninguém esperava tamanha facilidade. Mesmo em sua casa, a equipe equatoriana, que eliminou o Palmeiras, não foi páreo para a equipe comandada por Renato Gaúcho, que abriu dois tentos já no primeiro tempo.

A partida contou com árbitro de vídeo, que não foi acionado, pois o jogo foi tranquilo.

Sul-Americana – No jogo de ida das quartas de final da Copa Sul-Americana, o Flamengo venceu o Fluminense por 1 a 0, tento anotado por Everton, e leva vantagem do empate para a segunda partida. Assim, o Rubro-Negro se classifica para a semifinal em caso de nova vitória ou qualquer empate. Com 1 a 0 a favor do Fluminense, decisão nos pênaltis. O Tricolor avança com qualquer outra vitória.

Aposentados aprovaram manifestação no centro de SP, dia 09 de novembro

Com a presença de 730 aposentados de todo o país, a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) realizou o seu XXIV Congresso em Pernambuco, entre os dias 19 e 23 de outubro.

No encontro, os delegados aprovaram a realização de uma grande manifestação em São Paulo, no próximo dia 9 de novembro, contra a “reforma” da Previdência, pretendida por Temer, contra a retirada de direitos dos trabalhadores, imposta pelo governo com a “reforma” trabalhista e a defesa da volta do Ministério da Previdência, extinto em maio do ano passado.

Em entrevista ao HP, nesta quarta-feira, Warley Martins, reeleito presidente da entidade, ressaltou que a pressão dos aposentados, dos trabalhadores e do conjunto da sociedade vem aumentando e teve hoje “uma vitória contra esse roubo do governo às aposentadorias”, disse, referindo-se à aprovação do relatório da CPI da Previdência na Comissão da Câmara, que concluiu que o déficit alarmado pelo governo é falso (ler matéria abaixo). “Todos os senadores aprovaram o relatório. O governo vai passar por cima disso? Vai passar por cima de toda a mobilização que tomou o país

contra essa reforma?”, questionou Warley.

Durante o encontro, os representantes da Anfip, Décio Lopes e da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fatorelli, falaram sobre os impactos negativos da reforma trabalhista, o desmonte da Previdência Social e o retrocesso dos direitos sociais no Brasil. Fatorelli ressaltou também gravidade da política econômica do governo. “O Banco Central está suicidando o Brasil. De 2014 para 2015 teve um prejuízo de 120 bilhões com swaps cambiais, mais que o orçamento da Saúde. Essa política não é ensinada nem nas faculdades de economia”, denunciou, destacando ainda que “nosso país é riquíssimo em petróleo, água potável, matrizes energéticas em abundância” e “a maior corrupção está na política monetária que remunera diariamente caixa dos bancos”.

O Congresso contou também com a presença do presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas, do representante do INSS, Alberto Freitas, do advogado previdenciário, Paulo Perazzo, do vice-presidente do Partido Pátria Livre (PPL), Vivaldo Barbosa, da Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), Gláucia Morelli, entre outras lideranças.

Aposentados defendem candidatura de Paulo Paim para a Presidência

Presente no Congresso da Cobap, o senador Paulo Paim foi saudado como o principal defensor dos aposentados no Congresso Nacional. Durante sua participação, dirigentes das principais entidades de aposentados defenderam a candidatura de Paim para a presidência da República nas eleições de 2018. “Temos no senador Paim uma das únicas esperanças na defesa de nossas bandeiras, além de ser um parlamentar reconhecido por realmente defender os mais necessitados deste país “, afirmou o presidente Warley Martins. “Com certeza é o nosso candidato ideal “, completou.

O deputado se mani-

festou honrado com o incentivo, e comemorou junto com os aposentados o reconhecimento de suas ações em defesa da categoria ao receber o prêmio Congresso em Foco como principal destaque na defesa à Previdência Social. “Recebi ontem a noite esse prêmio e vim direto para o CNAPI (Congresso da Cobap) falar com os aposentados. Precisamos de um plano de gestão com a participação de todos para criarmos políticas justas aos aposentados e demais segmentos. Não importa se for Paulo ou outro, mas que construamos juntos um país mais digno para o povo brasileiro”, afirmou.

Senado aprova relatório da CPI da Previdência que demente déficit

O relatório da CPI da Previdência no Senado Federal foi aprovado na quarta-feira (25), por unanimidade na Casa Legislativa. Para o Senador Paulo Paim (PT-RS), a Comissão concluiu que não há necessidade da reforma e que o verdadeiro problema da Previdência Social foi “as más administrações ao longo dos anos que somente favoreceram os desvios, as sonegações, as desvinculações, as fraudes e as corrupções”, disse, presidente da CPI.

No documento, a comissão aponta erros na proposta de reforma apresentada pelo governo, sugere emendas à Constituição e projetos de lei para aperfeiçoar a legislação e indica uma série de providências a serem tomadas para o equilíbrio do sistema previdenciário, como mecanismos de combate às fraudes, mais rigor na cobrança dos grandes devedores e o fim do desvio de recursos para outros setores.

A aprovação ocorreu

após acordo defendido pelos senadores governistas que em troca de aprovar o relatório pediram que a CPI retirasse o indiciamento dos ministros Henrique Meirelles e Eliseu Padilha por crime de responsabilidade. “Padilha porque usou a Secretaria de Comunicação para poder mentir para o povo brasileiro que há uma situação que não é real, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, porque usa contas comprovadamente irreais para forçar um déficit que não existe”, disse o senador Hélio José, relator da Comissão.

O relatório final aprovado será encaminhado para diversos órgãos “para análise e adoção das providências e iniciativas cabíveis”, como ministérios ligados ao executivo, Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Conselho Nacional de Previdência Social, Polícia Federal, Ministério Público Federal e do Trabalho e Tribunal de Contas da União.

Macri: tarifaço nos combustíveis logo após eleições legislativas

O presidente argentino, Mauricio Macri, comemorou na segunda-feira a vitória de sua aliança Cambiemos na capital, na província de Buenos Aires e em outras 11 províncias nas eleições legislativas de domingo (21) e anunciou mais reformas, 'tarifaços' e endividamento, apesar de ter contraído em menos de dois anos a dívida mais alta na história do país, e também justificou o aumento dos combustíveis que rege desde as primeiras horas da última segunda-feira.

A ex-presidente e senadora eleita pela província de Buenos Aires, Cristina Fernández de Kirchner, que encabeça agora a maior força contrária ao governo de Macri, assinalou que a Unidade Cidadã (UC) emerge como a oposição mais firme e, embora admita que esta vez não foi suficiente para ganhar, advertiu que hoje não se acaba nada, hoje começa tudo para construir uma ampla aliança antioficialista alternativa.

Ao falar nas últimas horas de domingo ante centenas de militantes no clube Arsenal de Sarandí, município de Avellaneda, a ex-presidente refletiu que a recentemente criada UC – que nas eleições primárias de agosto passado ganhou por pouco mais de um ponto da Aliança Cambiemos na província de Buenos Aires –, desta vez não conseguiu, mas aumentou outros três pontos nas legislativas e lembrou que foram capazes de crescer, "a pesar de que temos nos enfrentado com uma enorme e inédita concentração de poder desde a recuperação da democracia".

Afirmou que, porém, "o resto das forças opositoras não têm resistido ao avanço do oficialismo, enquanto nós temos crescido", e chamou à unidade e à conciliação. Dos 3 milhões 229 mil 194 votos obtidos nas primárias abertas, agora atingiram 3 milhões 442 mil e 769, ou seja, 213 mil 575 votos mais, na maior província do país, destacando o ataque permanente e ameaçador dos meios de comunicação ligados ao governo.

Por sua vez, Macri expôs: "Enquanto a Argentina tiver déficit fiscal continuará tendo que se endividar. Temos um compromisso central que é reduzir a pobreza e o primeiro caminho é baixar a inflação. Se a gente não vai financiar o déficit com inflação, temo que financiar com dívida."

Em coletiva de imprensa na Casa Rosada, ante a pergunta sobre uma possível reforma trabalhista, Macri advertiu que a Argentina entrou numa etapa de reformismo permanente e que não tem que ter medo das reformas.

Consultado sobre o aumento de 10% do preço dos combustíveis, que entrou em vigor na segunda-feira, depois de vários aumentos anteriores, Macri assegurou: "Justo agora no mundo o combustível aumentou, mas eu acredito que voltará a diminuir."

O presidente também disse que insistirá para que todas as forças políticas acertem antes de 2019 uma reforma da previdência para ter um sistema do século XXI. Há elementos que apontam sobre o interesse em retornar ao sistema privado de aposentadorias.

A oposição em geral advertiu que resistirá a essas medidas e ainda abordará o tema da soberania, algo do qual este governo não quer falar.

Nestas eleições legislativas, Cambiemos ganhou na capital, Buenos Aires, e em 12 províncias. O peronismo, entre eles vários aliados do kirchenrismo, ganhou em 11 províncias. As surpresas foram: Salta, onde o governador peronista muito ambíguo Juan Manuel Urtubey, que se anotava para as eleições presidenciais, perdeu para Cambiemos, força da qual esteve sempre muito próximo; e La Rioja, onde perdeu o ex-presidente Carlos Menem, que ainda assim como segunda força irá ao Senado.

Em geral, a estas horas pode se dizer que os perdedores maiores nestas eleições são tanto a Frente Renovadora, que dirige Sergio Massa em aliança com outros partidos, com o nome de PAIS, que tirou um terceiro lugar distante e só pode manter uma província: Misiones. E ainda Florencio Randazzo, que foi ministro do Interior e do Transporte durante o governo de Fernández de Kirchner; junto ao ex-chefe de gabinete e senador da Frente para a Vitória, Juan Manuel Abal Medina, que formaram Cumplir; com um setor do Movimento Evita e que pode ter-se unido à UC; não conseguiu muito mais de cinco pontos e foi precedido pela Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT).

A FIT conseguiu um bom resultado nas urnas com um milhão e 300 mil votos em todo o país, impondo dois deputados nacionais na província de Buenos Aires. Na capital, o mesmo FIT conquistou três cadeiras sobre uma que já possui na Legislatura portenha.

Em Jujuy, a FIT teve a histórica votação de 18,30% dos votos para chegar ao terceiro lugar.

Mas o que o governo de Macri não tem podido deter é o crescente repúdio pela forma negativa em que tem tratado o caso de Santiago Maldonado, do qual não se responsabiliza, como se viu nestas horas em que continua o brutal encarceramento.

STELLA CALLONI - Correspondente do Jornal La Jornada

Governo Trump anuncia: “Porto Rico será reconstruído em 100 anos”

O governo Trump anunciou que a reconstrução de Porto Rico – colônia dos EUA designada como Estado livre associado – após a devastação do furacão Maria, pode durar até um século. A notícia veio a público durante a série “O futuro da habitação”, promovida pela The Hill, na quarta-feira (25), apresentando o secretário de Urbanismo e Desenvolvimento Urbano dos EUA, Ben Carson.

Na ocasião, o editor-chefe da The Hill, Bob Cusack, pediu para Carson estimar quantos anos serão necessários para que a sua secretaria reconstrua Porto Rico após a passagem do furacão. Em resposta, o secretário afirmou que os EUA “estarão com Porto Rico até o fim da reconstrução, algo que pode levar entre um e 100 anos”.

Rapidamente a resposta de Carson repercutiu negativamente nas mídias sociais e em parte da imprensa independente, ao passo que a grande mídia tentava dar um tom de brincadeira para a bola fora. Ao site da Newsweek, o norte-americano, Chester Ellis, ironizou: “Dá para imaginar que esse homem é um médico?” No mesmo tom, Vicky Emerson disse achar “que Ben Carson tem dificuldade com zeros”.

Apesar do comentário infeliz, ainda no programa, Carson reconheceu que “o povo de Porto Rico sofre tremendamente” com os resultados do furacão que “dizimou” a habitação, a rede elétrica e de distribuição de água à população.

EUA e sauditas desencadearam a ‘guerra civil’ na Síria, diz NSA

Foto Diário da Saúde



Esta já é a setima greve deste ano contra a política de arrocho do governo

Médicos da República Dominicana exigem do governo fim do arrocho e cumprimento do acordo

Os médicos da República Dominicana vêm realizando uma série de paralisações de 48 horas nos hospitais públicos contra a política de arrocho e descaso do governo do presidente Danilo Medina. A greve, iniciada na última quinta-feira, foi a quarta no mês de outubro e a sétima deste ano.

De acordo com o Sindicato dos Médicos, as autoridades locais têm descumprido com o acordo assinado em novembro do ano passado em que se comprometeram a reajustar os salários em 25%. Pelo acertado, o reajuste

seria pago em duas vezes: uma de 10% - que ocorreu em janeiro deste ano – e outra de 15%, prevista para agosto, mas ainda não depositada.

Como o governo não deu qualquer prazo ou justificativa, na última quarta-feira, comandados pelo presidente do Colégio Médico Dominicano (CMD), Waldo Ariel Suero, os profissionais da saúde marcharam do hospital Salvador Gautier na capital, Santo Domingo, até a sede do Ministério da Saúde Pública, para dialogar. Na oportunidade, a ministra Altagracia Marcelino não apenas não conversou com

os manifestantes como os recebeu com um forte aparato policial, ampliando o clima de confrontação com a categoria.

“O governo descumpriu um acordo já assinado com os médicos e também não reajustou os salários dos empregados administrativos dos hospitais públicos”, denunciou o presidente do CMD. Com isso, ressaltou Suero, o governo Medina vem demonstrando sua incapacidade para solucionar as demandas dos cerca de cinco mil médicos e demais servidores da saúde da ilha caribenha.

Empresa controlada pela Odebrecht financiou campanha do presidente do México Peña Nieto

O jornal mexicano "Reforma" publicou reportagem, na terça-feira 24, na qual relata que a Braskem, empresa controlada pela Odebrecht, repassou dinheiro e acompanhou "em tempo real" a campanha eleitoral do presidente Enrique Peña Nieto em 2012, citando como fonte Carlos Fadigas, ex-diretor da campanha.

A matéria se baseia em uma investigação da organização Mexicana Contra a Corrupção e a Impunidade (MCCI), que aponta que a Braskem interveio 'com três transferências de US\$ 1,5 milhão para a empresa Latin America Asia Capital Holding', vinculada a Emilio Lozoya, em 2012, com todas as características de propina. Ex-diretor da Petróleos Mexicanos (Pemex), estatal mexicana do petróleo, Lozoya foi o

coordenador da área internacional da campanha de Peña Nieto em 2012.

Rapidamente, o porta-voz da presidência, Eduardo Sánchez, emitiu uma nota tentando desmentir a denúncia. "Entre os anos de 2010 e 2013, período referido na reportagem, o advogado Enrique Peña Nieto se reuniu com muitos empresários nacionais e estrangeiros com investimentos no México, entre eles os diretores da Odebrecht e suas filiais, que naqueles anos era a sétima empresa maior na América Latina, e iniciou operações no México em 1992", reconhece a nota, fazendo a seguir a alegação - muito conhecida no Brasil - de que "autoridades eleitorais auditaram as fontes de financiamento e despesas exercidas pelo Partido Revolucionário Institucional

(PRI) naquela campanha e verificaram a legalidade das referidas eleições".

Em agosto, o MCCI já tinha publicado relatórios de uma conta do Meinl Bank na ilha caribenha de Antigua sobre transferências de 3,14 milhões de dólares à Latin American Asian Capital Holding, ligada a Lozoya, ex-diretor de Pemex, que, claro, negou as informações.

De acordo com a transcrição de uma reunião privada com investidores realizada em fevereiro de 2013, da qual a MCCI tem cópia, Carlos Fadigas, ex-presidente da Braskem, comentou que a empresa apoiou em “tempo completo” a campanha do atual presidente mexicano. “Não só dele, mas também de sua equipe”, disse Fadigas, em delação premiada ante a Justiça brasileira na Lava Jato.

Movimentos exigem liberação de Mumia Abu Jamal, preso político mais antigo dos EUA

As vésperas do 36º aniversário da prisão do ex-militante dos Panteras Negras e jornalista Mumia Abu Jamal, movimentos de solidariedade de todo o mundo denunciam os inúmeros vícios do processo, conduzido por racistas, e pressionam pela realização de um novo julgamento. Preso político mais antigo dos Estados Unidos, encarcerado em dezembro de 1981, Mumia passou 30 anos no corredor da morte.

Organizações populares, intelectuais e religiosos exigem que o Ministério Público libere todos os registros pertinentes ao caso, uma vez que é público e notório o envolvimento do juiz Ronald Castela na condenação de Mumia, com a fabricação de provas e a manipulação de testemunhas, numa flagrante violação dos direitos constitucionais do acusado. Diante do financiamento recebido pelo juiz da Ordem Fraternal da Polícia (FOP) para que realizasse uma aplicação desigual da lei, as entidades requerem que

sejam apresentados aos advogados todos os registros, bem como todo e qualquer material referente ao caso.

Conforme o movimento de solidariedade, o racismo contra Mumia se torna particularmente evidente quando se atrasa a entrega de medicamentos para o tratamento da hepatite C e diabetes aguda, reflexo da criminosa negligência médica que quase o levou à morte. Embora curado da sua hepatite, ele ainda sente fortes comichões, tendo de cobrir o corpo com vaselina várias vezes ao dia e ingerir uma droga muito tóxica para minimizar a coceira. Mumia também desenvolveu neuropatia, problema muito delicado e de difícil tratamento, que afeta os nervos, o que faz com que o tratamento seja ainda mais doloroso.

Destacado militante negro antirracista, Mumia foi preso em 9 de dezembro de 1981, sob a acusação de ter assassinado, na Filadélfia, o policial Daniel Faulkner. Conforme o relato de várias

testemunhas, tudo começou quando ao ver seu jovem irmão ser espancado covardemente por Faulkner, Jamal interveio em seu socorro. Um outro homem, não identificado, também se envolveu na briga, havendo muita confusão e disparos. Quando chegaram ao local, outros policiais encontraram Jamal ferido e Faulkner morto. Embora as mesmas testemunhas tenham declarado ter visto o homem não identificado fugir do local, garantindo que ele não se parecia com Jamal, nenhuma busca foi feita na hora pela polícia. Nenhuma das testemunhas de defesa foi ouvida no processo e uma delas denunciou que foi ameaçada de prisão se abrisse a boca. Outras asseguraram que a polícia os havia intimidado e ameaçado para que mudassem seu testemunho. Finalmente, o juiz que presidiu o processo, Albert Sabo, declarou publicamente seu ódio visceral a Mumia Jamal pela sua militância no Panteras Negras.

Memorando revela intervenção já em 2013: 120 toneladas de explosivos e armas com ordem dada aos terroristas para “acender e arrasar Damasco”

Um documento fornecido por Edward Snowden e publicado no portal The Intercept na terça-feira (24), proveniente de um dos ramos da espionagem do governo norte-americano, a NSA (National Security Agency), revela que, desde os estágios iniciais da ação de terroristas (a que os norte-americanos chamam de ‘rebeldes’) a sua ação não era apenas apoiada pelos EUA e Arábia Saudita, mas que suas ações principais estavam sob sua coordenação.

O documento revela um acompanhamento, em detalhe e passo a passo, das ações e da intervenção saudita por parte do governo norte-americano.

A ordem proferida em março de 2013, juntamente com 120 toneladas de explosivos e armas, expõe o documento, era de “acender e arrasar Damasco”.

Além de mostrar o acompanhamento (a espionagem norte-americana sabia dos detalhes e alvos a serem atacados três dias antes), diz também quais eram estes alvos: o Aeroporto de Damasco (antes do conflito artificialmente gerado do exterior utilizado por milhões de pessoas a cada ano); o Palácio Presidencial e um setor dos serviços de segurança da Síria.

O memorando, com a sigla TOP SECRET grafada, diz ainda que o membro da dinastia saudita, príncipe Salman Bin Sultan, encarregado pelo governo saudita de acompanhar as operações na Síria, estava “muito satisfeito com o resultado do ataque”.

Logo depois, os terroristas expuseram vídeos mostrando a descarga de foguetes contra os mesmos objetivos citados no documento. O Observatório para os Direitos Humanos, com sede na Inglaterra, declarou à época que 60 pessoas morreram nos ataques, que incluíram 24 mísseis disparados contra o aeroporto.

Os ataques, que se intensificaram nos meses de março e abril daquele ano, foram uma escalada na agressão norte-americana com a finalidade expressa de derrubar o presidente da República Árabe Síria, Bashar Al Assad.

Ao que indicam os passos dados pelo governo norte-americano, a previsão era de uma queda rápida do governo sírio em meio à fragmentação do exército do país árabe. Mas a capacidade do governo sírio de resistir e de angariar apoio internacional, o fato de que

– salvo poucas exceções – as defecções no exército sírio, que manteve e elevou sua unidade e capacidade militar e operacional, foram irrelevantes para mudar o quadro inicial.

Em um primeiro momento, no primeiro semestre de 2011, armas em mãos de facções que haviam participado da derrubada do governo líbio e do líder, Muamar Kadafi, foram transferidas para os mercenários na Síria. O portal Intercept avalia esta primeira leva em 400 toneladas de armas e explosivos.

Mas o regime está mais sólido que sonhavam os norte-americanos. No início de 2012, com base em relatos de que “o governo da Síria atacava seu próprio povo”, os EUA levam uma proposta de autorização de ataque ao país árabe ao Conselho de Segurança da ONU que não é aprovado devido a vetos da Rússia e China.

Hillary Clinton, então secretária de Estado do governo de Barack Obama, dá início a um esforço internacional para arregimentar forças para a empreitada que a história mostraria não estar ao alcance dos seus planejadores. Reúne gente de tudo que é origem e passado nebuloso para formar o grupo que foi denominado de “Amigos da Síria”, as reuniões acontecem no Cairo, em Istambul e em Paris.

O pronunciamento de Hillary na Bulgária, em fevereiro de 2012, revela as intenções norte-americanas:

"Diante de um Conselho de Segurança neutralizado, nós redobramos os esforços por fora da ONU com aqueles aliados que apoiam o direito do povo sírio de terem um futuro melhor". Quanto ao “futuro melhor”, é só ver a situação dos líbios após a intervenção norte-americana.

Aí ela diz ainda que os “que falam pela oposição síria”, por mais de um ano, “declararam que não queriam intervenção estrangeira”... Mas, diz ela, “estamos focados em determinar o que podemos fazer para tentar acelerar o fim deste regime”.

O documento agora revelado prova que a relação entre os terroristas e a intervenção norte-americana como a saudita, não só existia desde os primeiros momentos do conflito, mas que era claramente direta e abrangia o acompanhamento detalhado do teatro de operações dentro do território sírio.

NATHANIEL BRAIA

Rússia veta na ONU manobra de Washington contra governo Sírio

A Rússia vetou na terça-feira (24) a tentativa norte-americana de aprovar no Conselho de Segurança da ONU a prorrogação da investigação internacional sobre a utilização de armas químicas na Síria.

O enviado russo à ONU, Vasily Nebenzia, afirmou que a decisão não barra a investigação. “Nós não encerramos o Mecanismo de Investigação Conjunta”, que deve entregar um relatório sobre o uso de armas químicas no país durante os próximos dias. Para Nebenzia, a decisão “simplesmente não prolonga o mandato” da investigação “hoje”, porém a discussão deve ser “retomada” futuramente, afirmou durante entrevista coletiva, após a reunião do Conselho de Segurança da ONU.

De acordo com o representante russo, a reunião foi “um show” contra o governo sírio. Para ele, o destino da investigação deve ser decidido sob uma

atmosfera menos polarizada. “A Rússia sempre foi favorável ao trabalho do Mecanismo Conjunto de forma sistemática e planejada. A questão sobre um novo relatório do JIM ficará para um futuro próximo. Vamos estudá-lo [o relatório que deve ser entregue em poucos dias] mais minuciosamente e, depois disso, podemos propor outras etapas”.

A votação sobre a prorrogação das investigações ocorreu um dia após o Ministério das Relações Exteriores da Rússia afirmar que é necessário estudar de forma mais detalhada o relatório apresentado pelo Mecanismo de Investigação Conjunta da Organização para a Proibição de Armas Químicas da ONU, que deve ser entregue no dia 26 de outubro. No entanto, os EUA insistem na prorrogação imediata do mandato do organismo, ignorando o documento que deve ser entregue nos próximos dias.

Pyongyang apura danos ao país causados pelas sanções dos EUA

A República Popular Democrática da Coreia – RPDC criou uma comissão para acompanhar e investigar os danos causados pelas sanções dos EUA e seus satélites contra o país. Tais campanhas “Têm se tornado brutais e inculcas cujo objetivo real é suprimir o direito à subsistência de nosso país esmagando nosso povo e o desenvolvimento do nosso Estado o que nada mais é que fazer o mundo voltar à idade média destruindo a civilização contemporânea”, afirmou à KCNA em Pyongyang o porta-voz da Comissão de Investigação da RPDC.

As sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU são claras ao definir em um de seus parágrafos que elas não devem afetar atividades de cooperação humanitária dos organismos da ONU, mas Washington, abusando de sua força, tem pressionado seus satélites e a própria ONU para impedir trabalhos de cooperação que se desenvolvem de maneira transparente entre esses organismos internacionais e a RPDC, violando assim até mesmo o que estabelece o próprio texto das sanções.

O governo da Coreia Popular tem afirmado que essas atividades de cooperação “têm lugar em todas as regiões e países do mundo porque contribuem para o cumprimento da nobre meta da ONU de garantir a paz e a segurança em todo o mundo, de desenvolver as relações internacionais e promover a cooperação internacional em várias esferas como economia, sociedade e cultura. Mas que os EUA insatisfeitos com sua inaudita campanha de sanção e esmagamento para bloquear totalmente as normais atividades econômicas e comerciais da RPDC e acabar com seu elementar direito à existência obstaculizam em todos os sentidos o cumprimento dos projetos de cooperação dos organismos da ONU em nosso país.”

Diferentemente do que acontece em outros países, os trabalhos de todos os organismos da ONU como PNUD, UNICEF e o Fundo para População com a RPDC estão sob o controle rigoroso e direto do Conselho de Segurança. O que dificulta a remessa de fundos e faz aumentar o prazo de entrega dos produtos fornecidos por esses organismos da ONU aos programas de atendimento à população coreana.

O porta-voz da Comissão de Investigação dos danos causados pelas sanções denuncia: “sofrem limitações até os artigos de uso quotidiano pela população por serem considerados de ‘uso duplo’ o que vem causando enormes problemas à proteção do direito à existência de crianças e mulheres, à economia civil e à vida da população de nosso país. Os organismos da ONU em nosso país foram autorizados a receber o dinheiro para esses programas, mas nada fazem para aplicá-lo. Na prática esses programas estão suspensos e paralisada a cooperação.”

Por exemplo, têm sido postergadas as entregas de equipamentos móveis Roentgen e reagentes para diagnóstico de tuberculose, de inseticida contra a malária, aparatos médicos de assistência ao parto comprados pelos organismos da ONU - UNICEF e o Fundo para População para o fomento da saúde de mulheres e crianças. Em 2017 não chegou à RPDC nenhum reagente para diagnóstico de tuberculose para pacientes com tuberculose resistente a medicamentos.

“Os fatos mencionados acima constituem evidente violação dos direitos humanos que nega e infringe o direito a desfrutar em nível suficiente para manter a saúde e bem estar inclusive a roupa, o alimento, a habitação, a assistência médica e os serviços sociais estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” afirma a Comissão de Investigação da RPDC.

E prossegue: “assim se mostra evidente que o objetivo das sanções não é ‘frear o desenvolvimento das armas’ como insistem os EUA e seus satélites, mas derrubar nosso regime e isolar e asfixiar nosso país acarretando um desastre humanitário.”

Finalizando, diz o porta-voz da Comissão: “Quanto mais as forças hostis mantiverem a campanha de sanção e pressão mais dura sofrida em nossa história, mais alto levantaremos a bandeira da independência, do desenvolvimento paralelo e da autoconfiança para frustrar essa manobra suja e as imprudentes tentativas dos inimigos em desatar a guerra nuclear.”

ROSANITA CAMPOS

CIA quer repetir no Afeganistão a fracassada ‘Operação Phoenix’

Após seu diretor, Mike Pompeo, afirmar que a CIA irá “se tornar uma agência ainda mais viciosa”, mãe-ria do New York Times afirmou que a CIA está “expandindo suas operações secretas no Afeganistão”, o que foi descrito como “pequenas equipes de agentes e mercenários altamente experientes ao lado das forças afegãs para caçar e matar militantes do Talibã em todo o país”.

Em suma, estão chamando esquadrões da morte na improvável tentativa de deter a derrota no Afeganistão. Soldados das tropas especiais – como o que foi morto há poucos dias no Níger - irão participar das “missões”. Ação que foi descrita por círculos progressistas norte-americanos como uma espécie de “Operação Phoenix”, que seqüestrou, torturou e matou dezenas de milhares de civis no Vietnã na tentativa de deter a luta de libertação nacional e a resistência à invasão ianque. Se não conseguiram prevalecer quando tinham 100 mil soldados no Afeganistão, como esperam fazer isso agora, reduzidos a alguns milhares? A ocupação que já dura 16 anos, pode ser chamada de II Guerra do Ópio: o Tali-

bã praticamente havia eliminado a produção de ópio, mas depois da invasão e ocupação, voltou a ser recordista mundial, produzindo 90% de tudo o que é consumido no mundo.

“Não podemos realizar nossa missão se não somos agressivos”, disse Pompeo em uma conferência de segurança deste mês na Universidade do Texas. “Isso é implacável, implacável. Você escolhe a palavra. A cada minuto, temos que nos concentrar em esmagar nossos inimigos”. Com uma lógica digna da atual Casa Branca, conforme o NYT, a entrada em cena de esquadrões da morte aos borbotões tem como meta “levar os talibãs à mesa de negociação”, o que o jornal aponta como “componente-chave da estratégia de Mr. Trump para o país”.

De acordo com a ONU, um número recorde de civis, 1.662, foram mortos na primeira metade do ano, e outros 3.581 ficaram feridos. O atual governo fantoche, encabeçado pelo ex-ministro da Finanças e ex-funcionário do Banco Mundial, Ashraf Ghani, sobrevive sob escolta ianque e dos traficantes, e foi resultado de uma fraude eleitoral escancarada.

Macartismo-2 nos EUA: foi Hillary que pagou o ‘dossiê’

Arquivo



Campanha de Hillary e seu Partido pagaram US\$ 9,2 milhões para obter dossiê

O senador republicano Flake chama Trump de ‘perigo para a democracia’

O senador republicano do Arizona, Jeff Flake, discursou no Senado na terça-feira (24) – dia em que Donald Trump visitou o Capitólio – e, sem citar diretamente o nome, o acusou de ser “um perigo para a democracia”.

O discurso segue a troca de desaforos entre Trump e o presidente do Comitê de Relações Exteriores, senador republicano do Tennessee, Bob Corker, em que este disse que Trump “está degradando o país”.

O que levou o programa Nightly News da rede de tevê NBC a assinalar que “um terremoto político agra-

ta o Partido Republicano, que está estilhaçado”. Já Trump asseverou que seu encontro com os congressistas republicanos foi “uma festa do amor”.

Flake, mais conhecido por sua apologia do corte de impostos e de programas sociais, anunciou ter desistido de buscar a reeleição, após a ascensão de Kelli Ward, candidato apoiado pelo ex-estrategista-chefe de Trump, Stephen Bannon.

Em seu discurso, Flake mostrou-se preocupado com o estrago que ele credita à política “America First” de Trum-

p.” Agora, a eficácia da liderança americana em todo o mundo foi questionada”, disse ele. “Parece que nós, os arquitetos desta ordem mundial baseada em regras visionárias que trouxe tanta liberdade e prosperidade, somos os mais ansiosos em abandoná-lo”. Ele acrescentou que as implicações desse abandono “são profundas”. Outros arranca-rabos de Trump com figurões republicanos nos últimos tempos incluíram o líder da maioria no Senado Mitch McConnell, o senador John McCain e o ex-presidente George W. Bush.

Plataforma Cidadã repele fraudes do madurismo

A Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição, composta por ex-ministros do governo de Hugo Chávez e importantes personalidades militares e civis venezuelanas, divulgou uma Declaração sobre as Eleições para governador realizadas em 15 de Outubro passado (após adiadas desde dezembro passado). Publicamos os principais trechos do documento “Crônica de uma fraude continuada à Constituição e à Lei Orgânica eleitoral”.

“Em um processo eleitoral democrático, pode-se considerar como fraudulenta qualquer medida tomada com o propósito de impedir ou distorcer a expressão genuína da vontade dos eleitores através de seu voto, de maneira a impossibilitar resultados que o governo ou o organismo eleitoral considerem como inconvenientes para seus interesses.

“Na Venezuela tem se produzido, de forma pública e notória durante mais de ano e meio, um processo de tal magnitude de fraude sustentada à Constituição e à Lei Orgânica de Processos Eleitorais com relação às eleições de governadores que fazem inválidos os resultados anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

“Foi fraudulenta a forma como se realizou a convocatória às eleições de governadores para o mês de outubro do presente ano, cuja data em maio havia sido fixada pelo CNE para 10 de dezembro.

“De forma absolutamente arbitrária, e a pedido da

auto-proclamada plenipotenciária e supra-constitucional Assembleia Nacional Constituinte (ANC), no dia sábado 12 de agosto o CNE informou que as eleições para governadores se realizariam em outubro e que o lapso para a apresentação das inscrições dos candidatos seria nos dois dias seguintes, entre o domingo 13 e a segunda 14 e que a possível modificação destas candidaturas seria entre a segunda-feira 14 e a terça 15.

“Desta maneira, as diferentes organizações políticas, com a clara exceção das que respaldam o governo que já estavam avisadas de antemão, não tiveram tempo de fazer um mínimo de consultas internas sobre quais candidatos inscrever. “Foi fraudulento o uso massivo de recursos e meios públicos em apoio aos candidatos do PSUV, em violação a proibições do artigo 75 da lei eleitoral.

“Foi fraudulenta a sistemática campanha dirigida a funcionários públicos e aos beneficiários dos programas sociais, ameaçando-os com demissões ou perda de seu acesso a esses benefícios se não participassem nas eleições.

“Foi fraudulenta a realocação na última hora de centros de votação, afetando a centenas de milhares de votantes, e que se caracterizavam por uma tradição de voto majoritário na oposição.

“E fraudulento que se exigia aos governadores da oposição que se jurassem ante a ANC, sob a ameaça

de que se desconheceria o mandato popular que os escolheu e que seriam substituídos por militantes do PSUV (os candidatos derrotados), ou que se convocariam ali novas eleições. Enquanto não se aprove um novo texto constitucional mediante um plebiscito nacional, a Constituição do ano 1999 tem plena vigência, com independência das decisões que pretenda tomar a ANC. A auto-atribuição desta Assembleia de poderes absolutos e supra-constitucionais constitui uma clara ruptura da ordem constitucional.

“Este continuado processo constitui um certo golpe mortal contra a democracia e dinamita, perigosamente, as possibilidades de dirimir nossas diferenças políticas através da via pacífica e constitucional. Estamos em presença da configuração de um Estado Autoritário ao qual há que se opor.

“A recuperação do direito a eleições genuinamente democráticas, não controladas nem manipuladas pelo poder do Estado, é hoje parte central desta resistência.

Assinam: Héctor Navarro, Ana Elisa Osorio, Gustavo Márquez, Oly Millán: ex-ministros do presidente Hugo Chávez; Edgardo Lander, Santiago Arconada, Esteban Emilio Mosonyi: professores, lutadores sociais, ambientalistas e indigenistas; Major General (R) Cliver Alcalá Cordones; Gonzalo Gómez, Carlos Carcione, Juan García, César Romero: Marea Socialista; e Freddy Gutiérrez Trejo, professor e constituinte.

MUD segue desmoronando na Venezuela

Após quatro governadores que foram eleitos pela Ação Democrática nas eleições regionais de outubro na Venezuela comparecerem à “constituinte” de Maduro para o beija-mão, o ex-candidato a presidente e ex-governador do estado de Miranda, Henrique Capriles anunciou sua saída da coalizão oposicionista neoliberal MUD. Movimento que foi repetido pela chefe do partido de extrema direita Vente Venezuela (VV), a ex-deputada Maria Corina Machado. Os quatro governadores são Laidy Gómez (Táchira), Antonio Barreto Sira (Anzoátegui), Ramon Guevara (Mérida) e Alfredo Díaz (Nueva Esparta).

A saída do VV havia sido antecipada em agosto, quando em uma entrevista Machado anunciou que estava abando-

nando o MUD porque não iria participar das eleições regionais. Agora, ao concretizar sua promessa, ela disse que o MUD “era história e era passado” devido à “sua incoerência e inumeráveis erros”. Para Capriles, o juramento diante da ‘constituinte’ “é suicídio político”.

Apenas o governador de Zulia, Juan Pablo Guanipa, que é do partido Primero Justicia, não compareceu ao juramento à ‘constituinte’ de Maduro. Mas, como lembrou o presidente dos “adecos” – como os integrantes da Ação Democrática são chamados comumente -, Henry Ramos Allup, o deputado do PJ Julio Borges voltou à República Dominicana para entabular negociações com o governo, como já

fizera em setembro passado. Allup é tido como provável candidato a presidente da República no próximo ano.

O que Maduro e Allup exatamente acertaram, pelas costas do movimento popular, ainda não se sabe. A intermediação vem sendo do ex-primeiro-ministro socialista espanhol, José Luis Zapatero. Já o deputado Freddy Guevara, do Partido Voluntad Popular (VP), fundado pelo chefe da guarimba Leopoldo López, ainda sob prisão domiciliar, afirmou que o MUD vive “momentos de definição” e que “não se pode estar com Deus e com o diabo”. Todos esses deslocamentos estão acontecendo em meio a acusações mútuas de “traição”.

Histeria sobre “interferência da Rússia para eleger Trump”, que é usada para amordaçar sites progressistas nos EUA e a RT, foi desencadeada com dossiê fake encomendado e pago por Hillary

O Washington Post afirmou na segunda-feira (23) que aquele famoso dossiê que imputava aos russos ações encovertas para “eleger Trump” - e que serviu de mote para a deflagração do macartismo-2 nos EUA – foi na verdade encomendado e pago pela campanha de Hillary. Dossiê que apimentou o suposto conluio com o conto da “filmagem de Trump com prostitutas” em um hotel de Moscou.

Como o Post tem sido, ao lado do New York Times e da CNN, porta-estandarte do “Russiagate”, a admissão de que o dossiê fora pago por Hillary leva a crer que era iminente que isso se tornasse público. Foi a campanha de Clinton e o Diretório Nacional Democrata, através do advogado Marc Elias, que contrataram em abril de 2016 a empresa Fusion GPS, de Washington, para “examinar” as relações de Trump com a Rússia.

A Fusion acionou Christopher Steele, ex-espião do MI6 (serviço secreto britânico), que fabricou o dossiê que depois virou alvo de investigação no Congresso americano. Foi pago antes das eleições de novembro. Não se sabe ao certo quanto custou o dossiê. O escritório de advogados Perkins Coie, para o qual Marc Elias atua, recebeu US\$ 5,6 milhões da campanha de Hillary e US\$ 3,6 milhões do Partido Democrata. A Fusion vem tentando impedir na justiça a quebra do seu sigilo bancário. O dossiê em grande parte é composto de “ouvir dizer”, mas procurando envolver figuras ligadas a Putin para aparentar credibilidade.

Em outubro, a revista Mother Jones fez referência ao dossiê e sabe-se que políticos tiveram acesso a ele, mas só vazou ao público em janeiro, pouco antes da posse de Trump. Quando foi vazado, o clima em Washington já era de histeria, com as viúvas de Hillary asseverando que ela só perdera as eleições, não porque era farsante, criminosa de guerra e pró-Wall Street e enfiara o pé na jaca na Fundação da família, mas porque “Putin fez isso” e “elegeu Trump”.

Então, Obama já havia feito a provocação de expulsar do país dezenas de diplomatas russos. Aos russos também eram imputados os vazamentos dos e-mails do DNC realizados pelo WikiLeaks, apesar de Julian Assange garantir que a fonte era outra e depois ficar provado que não foi hackeamento, mas trabalho interno, com cópia no local.

POKÉMON E FACEBOOK

A tentativa de provar que “Putin do it” cada vez mais se transformou numa corrida de absurdos, em que nas últimas semanas até o Pokémon Go foi citado e as “contas no Facebook”. O cerco a quadros importantes para Trump, como o general Michael Flynn, que acabou exonerado em tempo recorde, logo desandou para a situação em que pode virar alvo qualquer um que conteste em algum sentido as profundas desigualdades da sociedade norte-americanas, que foram agravadas pelo crash de 2008 e o socorro aos bancos, depois de duas décadas de desindustrialização, empobrecimento, violência e racismo, além de guerras intermináveis.

Como o site swsws registrou, sete décadas depois do macartismo dos anos 1950, “um novo período de caça às bruxas político começou, liderado pelo Partido Democrata e a mídia associada, principalmente o New York Times e o Washington Post. A dissidência política está sendo associada à traição. A frase notória dos McCarthis-tas, ‘você é agora ou já foi

membro do Partido Comunista?” está em processo de revitalização e revisão: ‘Você é agora, ou já foi, um crítico dos EUA? Do governo?’” Se a resposta é ‘sim’, adverte o site, “isso equivale a admitir que você é um escravo, se não um agente, da Rússia e do Vladimir Putin”.

“Pessoas familiarizadas com a campanha de influência secreta”, afiançou recentemente o Post, dizem que a Rússia buscou promover “grupos de direitos afro-americanos, incluindo o Black Lives Matter”[a Alt Right jura que é o Soros]. Já o NYT asseverou que agentes russos também ajudaram a promover o apoio a “jogadores da NFL, que não se perfilam para o hino do país”, espalhando hashtags como “#boycott nfl” e “#takeaknee”. A CNN aloprou: os russos “criaram um amplo ecossistema on-line onde as mensagens políticas divisórias foram reforçadas em várias plataformas, ampliando uma campanha que parece ter sido executada de uma fonte – uma sombria fazenda de troll vinculada ao Kremlin”.

Do nada, organizações de fachada que ninguém conhecia começaram a divulgar listas de sites “perigosos”, que compreendiam alguns dos jornalistas mais conceituados do país - como Robert Parry, Chris Hedges e Paul Craig Roberts-, sites anti-guerra e blogs alternativos.

“NOVO ALGORITMO”

Logo a coisa degingolou ainda mais, com a Google adotando um “novo algoritmo” em seu agregador de notícias Google News, que reduziu em mais da metade os retornos dos sites progressistas, o que na prática implica em lista negra e censura. Agora, estão querendo que a RT – portal russo de notícias que tem uma franquia nos EUA – se registre como “agente estrangeiro”, o que, naturalmente, não é exigido da BBC e nem da Deutsche Welle ou da Al Jazeera.

Uma das histórias mais fantasiosas do atual frenesi é a de que, com “estímulos” de US\$ 100.000 em anúncios pró e contra no Facebook numa campanha presidencial que custou bilhões, os russos teriam decidido a eleição. O executivo-chefe, Mark Zuckerberg, que não acreditava nisso, mudou de ideia depois de visita do líder democrata no Comitê de Inteligência do senado, Mark Warner, tido como porta-voz da CIA. Após a prensa, o Facebook produziu uma lista de 3.000 contas com as quais a empresa faturava US\$ 100.000, e que teriam o “objetivo de semear divisões”.

O mote sobre “semear divisões” também se tornou preferido do New York Times, em sua caça às bruxas aos “agentes de Putin”. Nem sempre as pressões de Warner funcionam – a Twitter afirmou que a nenhuma das 450 contas que o Facebook lhe transferira estava envolvida em qualquer propaganda e assinalou que foram “promovidas pela RT com tweets em notícias”. Em seguida, Warner ameaçou de convocar os executivos do Twitter para deporem no Senado.

Mas nem dentro das fileiras democratas há unanimidade sobre perseguir nessa vereda de revisor o macartismo. Em entrevista ao NYT, o ex-presidente Jimmy Carter afirmou “não achar que haja qualquer evidência de que os russos hajam mudado votos o bastante – ou quaisquer votos”. Ele disse ainda que Obama não entregou a “mudança e esperança” que prometera “ao país dividido pela política partidária”. “Pelo contrário, ele tornou-o pior”.

ANTONIO PIMENTA

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 13

Continuação da edição anterior

José Bonifácio: “Quando o espírito mercantil predomina, quando se avalia cada ação como cada mercancia, vendem-se os talentos e virtudes e todos são mercadores e ninguém é homem”

CARLOS LOPES

Muito se escreveu sobre a relação entre o Estado monárquico no Brasil e a preservação da unidade nacional. Em muitos textos históricos, aborda-se esta questão como se a monarquia fosse a única forma de manter a unidade de um país tão grande – e tão mais heterogêneo do que hoje, a julgar pelas observações de Saint-Hilaire ao viajar por nosso território, entre 1816 e 1822.

Do ponto de vista teórico, a tese é, no mínimo, duvidosa. Para os homens da Independência, nunca foi um problema teórico, pelo menos desde o último trimestre de 1821. A unidade do Brasil era uma questão de política atual – isto é, da época, pois, desde 29 de setembro do ano anterior à Independência, quando as Cortes decretaram que cada província (as antigas capitanias) do Brasil deveria obedecer diretamente a Portugal, com a dissolução da Regência – o governo de D. Pedro, no Rio de Janeiro – a unidade política do Brasil deixara, formalmente, de existir.

Por essa política de desmembramento do Brasil, o governo do Rio, pelos decretos de 29 de setembro (decretos nº 124 e nº 125), seria substituído por “juntas” em cada província – “juntas”, aliás, sem poder efetivo, já que não teriam a direção militar nem a administração financeira ou judiciária, que dependeriam de Lisboa.

Nas Cortes, foi um deputado baiano, Lino Coutinho, participante da “junta” que desligara a Bahia do governo do Rio, em fevereiro de 1821, que fez a condenação mais eloquente à fragmentação do Brasil.

Ao chegar a Lisboa, Coutinho ainda era partidário das “juntas” em cada província. Porém, sua opinião mudou, no correr dos debates. Na sessão de 3 de julho de 1822, ao repelir a proposta de criação de “agentes d’el-rei” em cada província do Brasil, disse ele:

“Longe, longe de nós semelhante ideia desorganizadora da unidade brasileira. O Brasil é um reino, bem como Portugal; ele é indivisível, e desgraçados daqueles que tentam contra a sua categoria e grandeza, desmembrando as suas províncias para aniquilar o que tão liberalmente lhe foi concedido pelo imortal D. João VI, baseado em seu desenvolvimento político e em suas riquezas naturais. Jamais como deputado do Brasil consentirei em tão feio atentado: **o nosso país há de reviver ou morrer com dignidade de um reino único e indivisível**” (grifo nosso).

Lino Coutinho, como demonstraria sua carreira posterior (ou até mesmo pela maneira de mencionar D. João VI no trecho acima), estava muito longe de ser um radical ou progressista, do ponto de vista social. Entretanto, a questão da unidade nacional foi suficiente – afinal, não era qualquer questão – para fazê-lo recusar a Constituição portuguesa que saiu das Cortes. Ele esteve entre os deputados brasileiros que preferiram sair de Portugal do que jurar essa Constituição. Os outros foram Antônio Carlos de Andrada, Cipriano Barata, o padre Diogo Antonio Feijó, Silva Bueno, Costa Aguiar de Andrada e o padre Francisco Agostinho Gomes.

Embora esse específico ato de recusa, sobretudo pelo manifesto lançado por esses deputados brasileiros ao chegar em Falmouth, Inglaterra, tenha sido importante para o movimento da Independência, acrescentaremos que, na bancada do Brasil, a recusa a jurar a Constituição das Cortes foi mais ampla: 29 deputados recusaram-se a jurar



e 18 juraram essa Constituição.

É verdade, também, que o significado desse juramento tornou-se nulo em pouco tempo – homens como Pedro de Araújo Lima e Villela Barbosa, que assumiriam importantes funções após a Independência, estavam entre os que juraram.

Mesmo assim, o ato de Antonio Carlos, Cipriano Barata e seus companheiros, ao sair de Portugal, teve, na época, como registrou Hipólito no “Correio Brasiliense”, importância política. Diz o manifesto de Falmouth:

“Desde que tomaram assento no Congresso de Portugal, lutando pela defesa dos direitos e interesses de sua Pátria, do Brasil e da Nação em geral, infelizmente [os que assinam o manifesto] viram malogrados todos os seus esforços, e até avaliados estes como outros tantos atentados contra a mesma Nação.

“O desprezo e as injúrias andaram sempre de companhia à rejeição de suas propostas; e depois de verem com dor de seus corações todos os dias meditar-se, e por-se em execução, planos hostis contra o Brasil, apesar de suas repetidas e vivas reclamações, se lhes ofereceu para assinar e jurar a Constituição, aonde se encontram tantos artigos humilhantes e injuriosos ao seu país, e talvez nem um só que possa, ainda de um modo indireto, concorrer para sua futura, posto que remota prosperidade.

“Os abaixo-assinados não podiam, sem merecer a execração dos seus concidadãos, sem ser atormentados dos eternos aguilhões da consciência, sem sujeitar-se à maldição da posteridade, subscrever, e muito menos jurar, uma tal Constituição, feita com de propósito para exaltar e engrandecer Portugal à custa do Brasil, recusaram portanto fazê-lo” (Correio Brasiliense, vol. XXIX, nº 174, novembro/1822, pp. 530-532).

RAZÃO

Já se disse que, em 1821, na vaga da Revolução Portuguesa (24 de agosto de 1820), todos, no Brasil, eram – ou se diziam – liberais. O que incluía até mesmo o príncipe herdeiro, D. Pedro – que confirmaria seu credo liberal até a morte, quando, depois de abdicar ao trono brasileiro, desembarcou em Portugal, rompeu o cerco na cidade do Porto e derrotou as tropas de seu irmão, o absolutista D. Miguel.

Mas o que era esse liberalismo?

Sua essência estava, então, no espírito anti-absolutista – basicamente na ideia de que os homens deviam ser regidos por leis, a começar por uma Constituição, e não pelo arbítrio de outros homens. Essa ideia, expressa por uma série de personalidades políticas, tinha como seu conteúdo a recusa a se submeter à dominação feudal, que aparecia sempre como sujeição pessoal.

Mas aqui temos uma complicação: uma vez estabelecido um “regime de leis”, foi possível aos liberais, no Brasil, conviverem, durante 66 anos, com a escravidão. No Brasil, inclusive, seria correto dizer que os conservadores surgiram como dissidência dos liberais, a começar pelo seu primeiro chefe, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

É interessante – aliás, é re-



Sessão do Conselho de Ministros, de 1822, com a presença de José Bonifácio e Dona Leopoldina. Tela de Georgina de Albuquerque/ Museu Histórico Nacional

veladoramente essencial – que José Bonifácio, sempre acusado de não ser um “liberal”, de não ser um “democrata” (como se liberal e democrata fossem sinônimos), fosse muito mais oposto à escravidão do que seus adversários, supostamente mais à esquerda.

Nele, predominava a concepção, que se revelará inteiramente justa na estagnação econômica ao fim do segundo reinado, de que “não pode haver indústria segura e verdadeira, nem agricultura florescente e grande com braços de escravos viciosos e boçais. Mostra a experiência e a razão que a riqueza só reina onde impera a liberdade e a justiça, e não onde mora o cativo e a corrupção” (cf. José Bonifácio, “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidura”, 1823).

Para ele, os rapapés supostamente liberais eram uma farsa, pois, “como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?” (idem).

Nessa rejeição ao formalismo liberal estava, em José Bonifácio, justamente, a sua essência como verdadeiro democrata. Ele desprezava as aparências – que eram chamadas de “liberalismo” – para ir à essência: a consideração de todos os seres humanos como membros da mesma espécie, o que significava, no Brasil, como premissa, a abolição da escravidura.

Era ele, a propósito, um grande conhecedor da literatura econômica de seu tempo, inclusive daquela que era fundamento do liberalismo – e que tanto fascinava, por exemplo, o visconde de Cairu (a obra de Adam Smith, “A Riqueza das Nações”, fora publicada em 1776, portanto, quase 50 anos antes da Revolução da Independência).

Um dos apontamentos de José Bonifácio é bem uma introdução ao seu pensamento sobre o liberalismo econômico:

“Quando o espírito mercantil predomina, quando se avalia cada ação como cada mercancia, vendem-se os talentos e virtudes e todos são mercadores e ninguém é homem.”

A LUTA

Em vários momentos de sua monumental – e imprescindível – “História dos Fundadores do Império do Brasil”, Octavio Tarquínio de Sousa associa a queda de José Bonifácio do Ministério de D. Pedro I à ascensão – ou à pressão – dos senhores e traficantes de escravos. Por exemplo:

“Enquanto todos ou quase todos os dirigentes do momento, impressionados de preferência

pelo lado meramente exterior dos acontecimentos, julgavam possível e natural a criação de um Império constitucional sem adotar nenhuma medida contra a escravidão, José Bonifácio para logo se convenceu de que essa era a grande questão a enfrentar. Todos os males econômicos, sociais, políticos e morais do regime do trabalho servil, expôs e condenou na sua notável *Representação à Assembleia Constituinte sobre a escravidura*. **Apeado do poder em grande parte por esposar essas ideias, exilado, proscrito da vida pública, predominariam os interesses dos senhores de engenho e fazendeiros empenhados na exploração latifundiária da terra, tendo a seu serviço os traficantes de escravos, ricos comerciantes portugueses, de ganância implacável**” (Octavio Tarquínio de Sousa, op. cit., vol. IX, p. 25, grifo nosso).

Ou, mais adiante, no mesmo volume:

“Crises políticas da maior gravidade acarretaram a queda de José Bonifácio do governo. **Os grandes traficantes de negros conluídos com os proprietários rurais prepararam a proscrição do estadista de tão larga visão**” (p. 66, grifo nosso).

Aqui, é necessário, em nossa opinião, voltar à luta política anterior, entre os partidos que fizeram a Independência.

Pois, o conflito entre o partido dos Andradas – então no governo – e o grupo original da maçonaria (cujos principais líderes eram Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa, Domingos Alves Branco Muniz e Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho) é, ainda, um dos episódios mais intrigantes – em vários sentidos – da Independência do Brasil.

Não se trata de que tenha sido pouco abordado. Pelo contrário: esse conflito deu origem a uma vasta gama de interpretações, que podemos resumir – ainda que seus autores, provavelmente, não concordem com essa redução de outras interpretações a variantes destas duas – aos que afirmam o papel central de José Bonifácio na revolução da Independência (como Oliveira Lima e Octávio Tarquínio de Souza), e àqueles que negam esse papel, em geral ressaltando o papel de Gonçalves Ledo como substituto.

[NOTA: O melhor exemplo, no século XIX, dessa última tendência, é Mello Moraes em “**A Independência e o Império do Brasil**”, Rio, 1877. Depois, na República Velha, Assis Cintra condensou as alegações contra José Bonifácio – e a favor de Ledo – em “**O Homem da Independência**”, 1921. Um

texto mais moderno e interessante – na primeira tendência – é o de Emília Viotti da Costa, “*José Bonifácio: mito e história*”, in “**Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**”, Unesp, 6ª ed., 1999, pp. 61-130.)]

Depois de meses de tensão entre os dois partidos, no dia 30 de outubro de 1822, foi desenhada o que alguns chamaram de “Bonifácia”, com a prisão de José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Nóbrega e outros líderes da maçonaria, depois deportados para a França. Gonçalves Ledo conseguiu, com a ajuda do cônsul da Suécia no Rio, asilar-se em Buenos Aires.

Todos – quatorze réus – foram julgados a 5-7 de julho de 1823. Todos, com exceção de Soares Lisboa, dono do “Correio do Rio de Janeiro”, foram absolvidos da acusação de fazer parte de “*uma facção oculta e tenebrosa de furiosos demagogos e anarquistas*” (portaria de José Bonifácio de 11/11/1822) e voltaram ao Brasil.

Seria um pequeno exílio, diante dos seis anos que os Andradas permaneceram no exterior, após a dissolução da Constituinte (12 de novembro de 1823), com sua prisão e deportação – também para a França.

Na aparência, essa comparação não é pertinente, e parece nada significar histórica e politicamente. Mas não é assim.

DISPUTA

Examinemos a questão sob o ângulo dos adversários dos Andradas.

Já em 14 de setembro de 1822 – sete dias após o Ipiranga – o grupo da maçonaria desfechou um ataque a José Bonifácio, durante a substituição deste por D. Pedro como grão-mestre. Saudando-o, o brigadeiro (isto é, general de brigada) Domingos Alves Branco Muniz Barreto – um dos mais ilustres maçons – condenou “*o ciúme que se atíça contra a nossa franqueza e lealdade por aqueles que pretendem desvairar-vos do trilho que tendes seguido [que] vos quer fazer inúteis as nossas honrosas fadigas e a nossa vigilância. Não acrediteis que é por amor de vós; mas sim pelo bom sabor do despotismo que eles pretendem estabelecer, a coberto da vossa autoridade. Apartai-vos, digno grão-mestre, de homens coléricos e furiosos. Por mais cientes que eles sejam, nunca acham a razão e só propendem para o crime. Vós tendes sabedoria, prudência, comedimento e moderação; portanto não vos deixeis abandonar a malvados*”. A 28 de maio de 1822, quando se organizara o Grande Oriente do Brasil – tornando a maçonaria brasileira independente de suas congêneres de outros países –, José Bonifácio fora eleito grão-mestre. E verdade

que ele próprio organizara uma sociedade que concorria com a maçonaria – o Apostolado –, provavelmente por desconfiança do grupo de Ledo. Mas, a eleição de José Bonifácio para dirigente máximo do Grande Oriente marcava a aliança entre os Andradas e o grupo de Ledo e Clemente.

Três meses depois, a 20 de agosto, na ausência do grão-mestre José Bonifácio, esse grupo o destituiu, rebaixando-o a “grão-mestre adjunto”. É verdade que seu substituto era o próprio príncipe, que tomaria posse em setembro. Nesta mesma reunião, “Ledo propusera que se aclamasse o príncipe D. Pedro rei do Brasil, e Domingos Alves Branco Muniz Barreto que a aclamação fosse de imperador e não de rei” (cf. Octavio Tarquínio de Sousa, op. cit., vol. 1, 2ª ed., José Olympio, Rio, 1957, p. 222).

A descrição do que ocorreu logo depois da Independência – a divergência entre os Andradas e o grupo da maçonaria sobre o “juramento prévio” de aceitação da Constituição, que fosse elaborada pela Assembleia Constituinte (juramento que, segundo o último grupo, D. Pedro deveria realizar) – como o conflito entre um “partido democrático” e um partido que tendia ao absolutismo, é de todos os modos e sob todos os ângulos, completamente superficial. Ou, mais do que isso, errada.

A principal questão democrática dessa época era a própria questão nacional – isto é, a Independência. Nesse sentido, é absolutamente clara a mensagem de José Bonifácio que alcançou D. Pedro nas margens do Ipiranga (“*Senhor o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V. A. R. quanto antes e decida-se; porque irresoluções e medidas d’água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido é uma desgraça*”).

Ou seja, a ausência de democracia é uma direta consequência do jugo lusitano. A medida democrática mais decisiva é, portanto, a Independência (nas palavras de José Bonifácio: “Sem independência, não há para as nações nem Constituição, nem liberdade, nem pátria”).

Segundo, os integrantes do grupo da maçonaria (sobretudo José Clemente Pereira, que teve uma longa e bem sucedida trajetória política, mas o próprio Ledo, além de Januário Barbosa, para citar os principais), após sua absolvição conviveram muito bem com o regime da Constituição de 1824, inclusive no Segundo Reinado.

Terceiro, na outra questão democrática importante – o tráfico e a escravidão negra – a posição dos Andrada estava anos-luz mais avançada que a posição de seus adversários de 1822.

Voltemos aos acontecimentos políticos.

Continua na próxima edição